

“Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida”: percursos acerca das condições de vivência de travestis trabalhadoras do sexo durante a pandemia da Covid-19

*Luís Antonio Bitante Fernandes*¹
Universidade Federal de Mato Grosso

*Carlos Eduardo Hennig*²
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Neste artigo, dialogamos sobre a existência de uma necropolítica trans e os impactos sociais da pandemia de Covid-19 entre travestis trabalhadoras do sexo na cidade de Barra do Garças (MT). Um breve relato histórico da construção de campo de pesquisa demonstram as condições das atividades de trabalho dessas trabalhadoras e, em seguida, discorremos sobre as identidades de gênero e transexualidades em seus contextos de transgressões. A partir disso, consideramos as vulnerabilidades potencializadas com a emergência da pandemia, na medida em que se mostram enlaçadas por estruturas de poder e iniquidades sociais que avançam nos processos de aniquilação de corpos que “não importam”.

Palavras-chave: trabalhadoras do sexo; trans e travestis; necropolítica trans; pandemia de covid-19.

¹ Doutor em Sociologia. Docente no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus do Araguaia, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gênero, Identidades e Sexualidades (GIS). Pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais das Diferenças (LEX/UFG).

² Professor adjunto de Teoria Antropológica da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. É docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG. Pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais das Diferenças (LEX/UFG).

“There is a difference between being abandoned... and being forgotten”: journeys over the living conditions of transgender women and sex workers during the Covid-19 pandemic

Abstract: In this article, we discuss the existence of a trans necropolitics and the social impacts of the Covid-19 pandemic on transvestites/sex workers in the city of Barra do Garças (MT). A brief historical account of the construction of the research field demonstrates the conditions of these workers' work activities and then we discuss gender identities and transsexualities in their contexts of transgressions. From this, we consider the vulnerabilities heightened by the emergence of the pandemic, as they are linked by power structures and social inequities that advance the processes of annihilation of bodies that “don't matter”.

Keywords: sex workers; trans women; necropolitics-trans; covid-19 pandemic.

“Hay una diferencia entre ser abandonada... y ser olvidada”: recorridos sobre las condiciones de vida de travestis trabajadoras sexuales durante la pandemia de Covid-19

Resumen: En este artículo, discutimos la existencia de una necropolítica trans y los impactos sociales de la pandemia de Covid-19 en travestis/trabajadoras sexuales en la ciudad de Barra do Garças (MT). Un breve relato histórico de la construcción del campo de investigación demuestra las condiciones de las actividades laborales de estos trabajadores y luego discutimos las identidades de género y las transexualidades en sus contextos de transgresiones. A partir de esto, consideramos las vulnerabilidades agudizadas por el surgimiento de la pandemia, al estar vinculadas por estructuras de poder y desigualdades sociales que avanzan en procesos de aniquilación de cuerpos que “no importan”.

Palabras clave: trabajadoras sexuales; mujeres trans y travestis; necropolítica-trans; pandemia de covid-19.

As mulheres trans e travestis vêm há muito tempo questionando, resistindo e subvertendo alguns determinantes sociais e culturais sobre suas subjetividades, assim como problematizando as frequentes condições de precariedade vivenciadas por elas (FÁVERO, 2020). Frente a isso, vêm também exigindo uma ampliação em seu campo de possibilidades de atuação profissional para além meramente do trabalho sexual no Brasil³. Socialmente a “rua” - no sentido amplo de desenvolver o trabalho sexual em espaços variados - foi e, em grande medida, continua a ser uma forma importante - e, por vezes, a única possibilidade - de sustento para mulheres trans e travestis brasileiras, uma realidade que vem sendo aos poucos reconfigurada e ampliada⁴.

Nesse sentido, de acordo com Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2012: 13), no que diz respeito:

às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade [brasileira], elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero⁵, popularmente tidas como mulheres ‘de verdade’, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade”.

Mulheres trans e travestis, portanto, em um movimento de reelaboração e ampliação política do horizonte de suas possibilidades sociais têm se organizado através de transfeminismos contemporâneos e em estreita conexão com os conhecimentos produzidos pelos feminismos negros interseccionais (VERGUEIRO, 2016). Nesse sentido, as autoras ponderam que o:

Ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, praticado de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. Isso se relaciona ao fato de que as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, partilham crenças e sentimentos com outros indivíduos trans, e começam a se comprometer subjetivamente com o grupo. (JESUS e ALVES, 2012: 10)

Tendo isso em mente, a partir de muitas lutas coletivas de movimentos de pessoas trans e travestis nas últimas décadas, as mulheres trans e travestis hoje têm se tornado cada vez mais estudantes de graduação, de pós-graduação, além de intelectuais, professoras, deputadas, empresárias, vereadoras, atrizes, modelos, *influencers*, ocupando diversas frentes de atuação. Porém a realidade também aponta para a continuidade de limitações significativas a oportunidades educacionais, trabalhistas e existenciais, como mostram publicações e estudos de

³ Essa afirmação, no entanto, não pressupõe um juízo de valor sobre o trabalho sexual desenvolvido por pessoas trans e travestis ou por quaisquer outras pessoas. É uma sentença que visa indicar um potencial problema sobretudo quando esse tipo de trabalho se torna a única alternativa e meio possível de sobrevivência, pois o campo de empregabilidade é reduzido devido à transfobia e outras práticas discriminatórias. Sobre a importância de uma contextualização histórica sobre pessoas dissidentes em termos de expressões e identidades de gênero, assim como sobre o contexto específico do processo de invisibilização de mulheres transexuais e travestis no movimento de negras e negros no Brasil, consultar Oliveira (2018).

⁴ Sobre trabalho sexual de travestis brasileiras no fluxo transnacional Brasil x Espanha e demais investigações sobre “mercado do sexo” entre mulheres trans e travestis, consultar as investigações de Larissa Pelúcio (2011).

⁵ O conceito de cisgênero/cisgeneridade, de acordo com Aultman (2014: 61), teria origem etimológica do latim, “cis” significando “do mesmo lado que”, podendo ser usado para descrever pessoas que possuam, do nascimento à vida adulta, uma corporalidade lida como masculina ou feminina associadas culturalmente às categorias sociais “homem” ou “mulher”. Ou seja, de modo muito simplificado, como uma forma de adequação normativa da identidade ou expressão de gênero da pessoa ao sexo assinado a ela em seu nascimento. Entretanto, sugerimos também a consulta às problematizações da ideia e dos usos de “cis” nas leituras de Vergueiro (2016), Moira Rodvalho (2017) e Bagagli (2018).

muitos/as pesquisadoras/es, assim como da Associação Nacional de Trans e Travestis (ANTRA) e de outras organizações civis.

Existem várias denúncias legítimas de apagamentos, invisibilizações e problemáticas representacionais sobre mulheres trans e travestis no que diz respeito ao universo das investigações acadêmicas (Fávero, 2020), assim como das políticas públicas e de iniciativas em prol de promover as condições necessárias para um viver com dignidade para esse público. Nessa direção, de acordo com Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018: 168),

As experiências de vida de travestis e mulheres transexuais na sociedade brasileira passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência a partir da década de 1990. É, no entanto, após os anos 2000 que esses estudos passaram a ter maior visibilidade e despontaram como temática central em pesquisas brasileiras graças ao aumento substancial no número de estudos que tematiza gênero e sexualidade.

Embora a realidade das mulheres trans e travestis brasileiras esteja em transformação, dinamismo e relativa ampliação de oportunidades, é preciso destacar que tal cenário foi construído sobretudo por diferentes ondas dos transfeminismos (COACCI, 2014), movimentos que têm exigido reparação há décadas de omissões, invisibilizações, exclusões, extermínio e violências em âmbitos familiar, educacional, social e estatal, entre outros.

Refletindo sobre esse sentimento de desamparo e de necessidade de luta constante, a principal interlocutora cujos diálogos apresentaremos neste artigo, é residente na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, e aqui a chamamos Débora (nome alterado e elegido aleatoriamente). Ela se define como travesti, “branca” e “fora da curva”, pois seria uma sobrevivente estando “com mais de 40 anos”. Em nossos diálogos durante a pesquisa ela afirmou que: “*Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida*”. Nessa sentença, dita em um contexto de vulnerabilidade, ela compartilhava com o pesquisador o sentimento de fragilidade no que diz respeito a sua rede de apoio social cotidiana.

Por mais que o cenário atual esteja em transformação, marginalidade, violência, transfobia, exclusões, elitismos e discriminações (cis)heteronormativas⁶ possuem ainda um forte impacto no dia-a-dia e nas vivências de grande parte das mulheres trans e travestis no Brasil. Tais questões, embora obviamente não resumam a experiência de Débora, produzem complexidades sobressalentes na vida de muitas travestis, sobretudo quando suas experiências estão entrecruzadas por outros marcadores sociais das diferenças⁷ como raça, idade/geração, classe e às condições de pobreza e/ou às condições de exploração vivenciadas por muitas trabalhadoras do sexo, levando-as a vivenciarem muitas vulnerabilidades e precariedades que, por vezes, põem suas vidas em risco.

Uma vez que elas desafiam expectativas normativas de inteligibilidade que seguem uma linearidade “coerente” entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, fica nítida uma frequente negação de suas vidas⁸, em particular considerando o período desafiador de profundos ataques ultraconservadores aos direitos sociais da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,

⁶ A teórica feminista negra estadunidense atrelada a estudos interseccionais Cathy Cohen (1997: 440), define a heteronormatividade como: “tanto aquelas práticas localizadas quanto aquelas instituições centralizadas as quais legitimam e privilegiam a heterossexualidade e os relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ dentro da sociedade”.

⁷ Sobre marcadores sociais da diferença e particularmente revisões bibliográficas sobre a noção feminista de interseccionalidade, consultar Piscitelli (2008), Mello e Gonçalves (2010), Henning (2008a, 2015) e Akotirene (2019). Para as relações nem sempre simples e pacíficas entre as noções de “marcadores sociais da diferença” e “interseccionalidade” consultar Hirano (2019).

⁸ Sobre performatividade de gênero e expectativas de coerência e inteligibilidade supracitadas, consultar Butler (2003).

Queers, Intersexos, Assexuais, entre outros sujeitos) e de enfrentamento à pandemia da Covid-19⁹ no Brasil nos últimos anos.

Outras intelectuais travestis contemporâneas muito relevantes nos debates sobre feminismos trans ou transfeminismos são Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020). As autoras afirmam que no Brasil, historicamente a palavra “travesti” carregou consigo um significado estereotípico e transfóbico. Entretanto, elas buscam ressignificar tal palavra de maneira a associá-la positivamente:

à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória. [Travesti] Uma palavra feminina, um substantivo feminino e nunca um verbo que sujeita e infere. (...) Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos - de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. (YORK, OLIVEIRA e BENEVIDES, 2020: 2)

A partir dessas considerações introdutórias, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira – o campo¹⁰ –, discorreremos sobre os caminhos iniciais dessa investigação numa abordagem descritiva do campo, sem esgotá-lo no seu processo de interlocução com as interlocutoras envolvidas. Já na segunda parte – subdividida em tópicos –, discorreremos sobre identidades de gênero e transexualidade em seus contextos de transgressões, procurando dar visibilidade às necessidades e vivências da multidão trans. E, ademais, evidenciando a importância da compreensão da transfobia como um fator social contra a qual nossas interlocutoras lutam cotidianamente. A partir disso, apontamos as maneiras como algumas vulnerabilidades foram potencializadas com a emergência da pandemia da Covid-19 e que se mostraram enlaçadas por relações de poder e iniquidades sociais que avançam nos processos de aniquilação de corpos que, ao olhos da cisheteronormatividade, “não importam”.

Tomamos como indicativo observações de campo num contexto relacional em que damos curso a uma investigação que ganha forma mais sensível das condições de uma interlocutora que se encontrava em situação de vulnerabilidade social, embora plena de agenciamentos, anseios e práticas de resistência. Essa proposta está centrada em destacar as vivências de travestis trabalhadoras do sexo, em um contexto interiorano do Brasil, suas formas de (sobre)vivências, de resistências e decolonização de sexualidades e identidades de gênero nas interações com marcadores sociais como raça, classe e idade/geração.

Esta escrita tem por objetivo descrever e analisar as condições em que travestis trabalhadoras do sexo, localizadas na cidade de Barra do Garças, uma cidade de cerca de sessenta mil habitantes, no sudoeste do estado do Mato Grosso, foram expulsas do seu local de trabalho e impelidas a ocuparem a periferia da cidade e, somando-se a isso, o assolamento causado pela crise sanitária devido à Covid-19. Para essa interlocução, como já mencionamos, temos a interlocução de Débora,

⁹ Sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil, sobretudo a partir de uma crítica aos seus impactos no que concerne à população mais velha no Brasil, consultar Henning (2020b).

¹⁰ Trabalhamos com uma concepção de trabalho de campo como informado pela teoria, embora não de modo rígido ou absolutamente subalternizado a ela. Os acontecimentos e imponderáveis da vida real ao longo do trabalho de campo tendem quase sempre a suplantar, moldar ou reelaborar as teorias ao longo de seu processo. Isso significa que o campo possui a tendência e potencialidade de surpreender a/o pesquisadora/or. Tal concepção parte do pressuposto de que é produtivo e rentável, no processo reflexivo, nos abrimos para a desestabilização.

travesti e trabalhadora do sexo, nascida em Barra do Garças e que em sua trajetória de vida se tornou uma voz local de lutas e reivindicações de travestis na região.

Ademais, destacamos que esta investigação também contribui para apresentar análises de cenários interioranos em diálogo com alguns estudos sociológicos e antropológicos sobre gênero e sexualidade - e mais particularmente mulheres trans e travestis - no Brasil. É digno de nota que tal campo esteve historicamente mais concentrado em capitais e contextos metropolitanos brasileiros, portanto a análise de um contexto interiorano, como é caso, é uma diferencial deste trabalho.

Esta investigação, sendo assim, lança mão do uso da pesquisa etnográfica, que não se resume a uma metodologia, mas também a formas particulares de teorização (PEIRANO, 2014), para pensar e desenvolver o campo. Nesse sentido, entendendo a etnografia como fazendo uso de uma descrição densa, na qual: “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ, 2008: 20).

Tendo tais elementos em mente, destacamos que o trabalho de campo em questão foi desenvolvido pelo pesquisador, enquanto o texto e a análise aqui apresentados, foram elaborados e revisados a quatro mãos, pesquisador e pelo supervisor do estágio pós-doutoral. No entanto, quando observações relativas ao trabalho de campo demandarem, o texto conterà apontamentos em primeira pessoa, indicando as relações e interlocuções desenvolvidas entre o primeiro pesquisador supracitado e sua interlocutora.

Ao fazer pesquisa de campo entre os anos de 2022 e 2023, conheci Debora, a interlocutora que dará voz a essas mulheres que vivem pelas noites em busca de (sobre)vivência. Chegamos até Débora pela indicação de uma profissional da saúde que trabalha em um Centro de Referência Regional de Especialidade em Saúde. Essa profissional, que atua diretamente com pessoas que vivem com algum tipo de infecção sexualmente transmissíveis (IST), mediou o contato entre nós.

Nas palavras de Débora, ela se apresenta como: “*travesti, trabalhadora do sexo, morando com minha mãe [em Barra do Garças], caminhando para a meia idade [não quis declarar a idade] e que pula de cidade em cidade na busca de trabalho*”. Ela relata que há um circuito de cidades pelas quais percorre e passa temporadas no exercício de suas atividades de trabalho sexual, devido a demanda dos clientes. De acordo com Débora, essa necessidade de constante mobilidade regional se dá, pois: “*os clientes gostam de coisas novas, que tenha sempre meninas diferentes; então não podemos ficar muito tempo em uma mesma casa*”.

Ao ouvir suas declarações, é possível perceber que sua vivência não é composta apenas por tristezas, por transfobia e por sofrimentos, mas também por lutas, resistências, orgulho, gozo existencial e que faria tudo novamente para poder se olhar no espelho e poder dizer: “*Essa mulher linda e maravilhosa sou eu*”. Ao conhecer Débora, ela relatou que estava recentemente curada após um tratamento para a tuberculose. Não sabia ao certo como contraíra a doença, mas suspeitava que fosse de um de seus clientes. Apesar de curada, a vulnerabilidade no contexto de sua saúde é confirmada diante da dificuldade respiratória de Débora apresentava ao falar, devido ao acometimento de seus pulmões. Apesar de relativa fragilidade na saúde, Débora possui uma autoestima elevada tendo afirmado: “*É muito bom ser desejada, se sentir gostosa... Quando o cliente vem e olha para você e me escolhe*”.

As bases teóricas, políticas e etnográficas deste artigo mobilizam questões do existir de Débora na travestilidade como trabalhadora do sexo, num diálogo com

a crítica decolonial, e os conceitos de necropolítica e necropolítica-trans. Esses diálogos teórico-políticos contribuem para identificarmos dispositivos canalizados à aniquilação de grupos sociais entendidos como “minoritários”, como a *multidão trans*¹¹, que tem suas vidas atravessadas pela colonialidade, colocando-as, muitas vezes, na “prostituição” como principal forma, mas não única, de sobrevivência.

Segundo dados apresentados em dossiê pela ANTRA (2022), aproximadamente 90% das pessoas que se entendem como trans e travestis no Brasil contemporâneo teriam como sustento pessoal o trabalho sexual, única possibilidade de angariar um conjunto das elementos essenciais à manutenção da vida cotidiana. Esse número indicaria que o trabalho sexual se torna um caminho relativamente compulsório ligado, sobretudo, ao grande obstáculo de se inserirem em outras modalidades de trabalho. Não bastasse isso, é comum também encontrar relatos de uma baixa qualificação profissional e educacional resultado de práticas institucionais de exclusão social, familiar e escolar.

O Brasil, além de não oportunizar as condições básicas para uma vida digna para pessoas trans, segundo os dados apresentados no dossiê sobre assassinatos e violências de travestis e transexuais brasileiras pela ANTRA (2022), é também o país apontado atualmente como onde mais se extermina travestis e pessoas trans no mundo. Por outro lado, e de forma contraditória, é apontado também, no mesmo relatório, como o país em que mais se consome “pornografias trans”. Enquanto estimativa, temos que a cada 48h uma pessoa trans é assassinada no Brasil. A idade média das vítimas, de acordo com o dossiê, seria de 27,7 anos. E é na prostituição que se encontra a maioria esmagadora das vítimas: 70% dos assassinados foram direcionados àquelas que são profissionais do sexo, sendo que 55% deles aconteceram nas ruas (ANTRA, 2022).

Mesmo com um acentuado avanço de estudos e pesquisas acadêmicas sobre a temática, com um maior protagonismo de organizações sociais e políticas em prol dos direitos trans e com a crescente manifestação de reconhecimento social dessas pessoas, as taxas de *transfeminicídios*¹² no Brasil – que se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação de parte da *multidão trans*, motivada pelo ódio – é considerada uma das mais elevadas no mundo (ANTRA, 2022). Essa denúncia, quantificada numericamente, aponta para práticas de omissão do Estado, permitindo a dilaceração e precariedade de parte significativa da *multidão trans*. Tal omissão se confirma com a ausência ou fragilidade de políticas públicas sistemáticas que garantam, por exemplo, o acesso a condições básicas de sobrevivência, isto é, de acessar o mercado de trabalho, à educação pública, gratuita e de qualidade, assim como a habitação digna, ao usufruto do Sistema Único de Saúde, livres de preconceitos, barreiras e impedimentos.

A *multidão trans* vivencia cotidianamente diversas formas de violência simbólica, psicológica, institucional e física em razão de não performar suas identidades conforme normas hegemônicas social e discursivamente construídas que

¹¹ Utilizaremos o termo “multidão trans” em substituição a “população”, fazendo diálogo com a proposta de Paul Preciado (2011), por entendermos que o uso do termo “multidão” traz uma maior representatividade para pessoas trans e travestis subvertendo pressupões de “minoría” como “insignificante” ou pouco “representativa”. Ademais, ao longo deste artigo, ora utilizaremos a expressão “trans” como um termo amplo para incluir diferentes categorias identitárias como travestis, transexuais ou transgêneros, ora faremos uso dos termos travestis e transexuais. É digno de nota que Débora, em si, se apresentava de modo intercambiável como trans e travesti ao longo do trabalho de campo.

¹² Transfeminicídio é um conceito criado para descrever o assassinato de mulheres travestis e transexuais. Esse conceito foi desenvolvido por Berenice Bento (2014; 2017) como uma derivação da ideia de feminicídio, outro importante conceito nos estudos de gênero.

circulam em nossa sociedade (BENTO, 2014; BUTLER, 2008). A cisheteronormatividade, como já apontado, desqualifica e desvaloriza pessoas cujas identidades de gênero não estão em conformidade com o sexo biológico de nascimento, como é o caso da multidão trans. E em relação a tais normativas de gênero, as pessoas denominadas de cisgêneras são socialmente valorizadas e gozam de diversos privilégios na sociedade.

Parte 1 – O Campo

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria (PEIRANO, 2014).

Entendemos a etnografia enquanto uma prática que mobiliza teorias, metodologias e técnicas de pesquisa, e a partir dela, buscamos “entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento” (GEERTZ, 2008: 5). Para quem desenvolve esse tipo de pesquisa de campo, a etnografia não é, apenas, uma questão de método, mas, também, um esforço intelectual de investigação: “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 2008: 4). Portanto, o que nos leva a pensar a etnografia constituída de etapas de mapeamento, de descrições, cadernos de campo e formas de registro que não se limitam necessariamente à escrita. Essas etapas, conforme Geertz (2008), são descrições rigorosas e produtoras de informações que devem ser analisadas por pesquisadores. Assim, temos a etnografia como atividade do campo fundamental para pensarmos nosso tema, nosso campo de estudo, e as pessoas que participaram da pesquisa, além da organização e coleta de dados.

Essa investigação teve seu início há alguns meses, após minha (primeiro autor) chegada profissional à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Campus do Araguaia/CUA), em outubro de 2010. Por várias noites, ao retornar para casa após as aulas, observei as movimentações de travestis/trabalhadoras do sexo em esquinas de travessas que cortam a principal avenida da cidade. Logo perguntas transpassaram pela minha mente acerca daquelas pessoas: qual a relação entre o espaço urbano e aquelas pessoas e corpos? Havia uma “permissão” da cidade para ocuparem aquele local? “Perturbavam” e/ou eram “perturbadas” socialmente? Quais desafios cotidianos elas enfrentavam para desenvolverem seus anseios e atuações?

Esse espaço, legítimo e transgressor, ocupado por elas, consistia em um quadrilátero formado por uma avenida principal – Ministro João Alberto (nome dado à BR 070 ao atravessar a cidade) – e três ruas adjacente. As movimentações se davam em ruas que cortam a avenida e eram ocupadas por elas: a Rua C; a Rua Matias Ribeiro e a Rua A¹³. Usufruíam das esquinas com a avenida, numa movimentação de ir (exibindo seus corpos) e vir (adentrando as sombras que a má iluminação das ruas projetavam). As sombras pareciam ser locais de segurança tanto para elas, que se protegiam das agressões transfóbicas, como também para sua clientela, formada por homens que se apresentavam como heterossexuais – em sua maioria se relacionando sexualmente com mulheres trans e travestis em

¹³ Nomes de ruas segundo o google maps - <https://www.google.com.br/maps/@-15.8854603,-52.2709816,17.25z> ; Visualizado em 14/07/2022.

segredo – perante a sociedade local e que exigiam discrição e anonimato (FERNANDES, BORGES e LOBO; 2017; SEDGWICK, 2007).

Aproximadamente a 400 metros de distância das ruas acima citadas, em 04 de novembro de 2016, foi inaugurado o *shopping center* da cidade, conectado a um posto de combustível e a um supermercado atacadista. Esses três estabelecimentos estão localizados na Av. Min. João Alberto e atraem um público numericamente considerável, o que modificou a lógica comercial da região. Com a chegada desses empreendimentos, o espaço de quatro quadras equidistantes, compreendido entre a entrada do *shopping* e a rua Otacílio José dos Santos Neto, no sentido bairro-centro, passou por um processo de transformação.

Esse processo resultou na abertura de novas lojas, fachadas mais iluminadas, atrativas, iluminação pública mais clara e, conseqüentemente, um fluxo maior de transeuntes, colocando em “perigo” o anonimato e a perda da descrição comentados anteriormente. Os espaços que eram ocupados pelas travestis e trabalhadoras do sexo, com certa “tolerância” por parte do restante da sociedade, sofreram uma remodelação. A consequência do “desenvolvimento” urbano, entretanto, foi a expulsão das travestis do seu local de labor e uma redesignação compulsória do trabalho sexual para outro local. O destino delas foi, portanto, um local entendido aqui como espacialmente à margem, isto é, a periferia da cidade.

Essa expulsão, que, a princípio, partia de minhas impressões iniciais, foi confirmada por Débora. De acordo com ela: “*Fomos retiradas daquele local... Então fomos para atrás do posto e lá tivemos que enfrentar a revolta do gerente do hotel. Falei pra ele: aqui é um lugar público e vamos ficar e se você quiser arrumar briga pode começar comigo!*”

O local “escolhido” por elas continuou sendo as margens da rodovia BR 070, mais precisamente numa região constituída pelo entroncamento de duas grandes rodovias, a BR 070 e a BR 158. No encontro dessas rodovias, localizamos três autopostos de combustíveis, além de outros estabelecimentos comerciais que ofertam serviços a usuários das rodovias. É uma região em que se concentram comércios de autopeças, transportadoras, oficinas mecânicas, restaurantes dentre outros serviços, o que faz da região um local de grande movimentação de pessoas que trabalham com o transporte de cargas, como motoristas de caminhão e carretas, bem como outros profissionais que prestam assistência a transeuntes. Nesse local, a atuação de minha interlocutora e de suas colegas não causaria a mesma “perturbação” que nos locais mais centrais da cidade.

O entorno da rua Cristóvão de Jesus, localizada atrás do Autoposto Boa Viagem, um dos três postos da região, foi o local involuntariamente “escolhido” por elas. Esse local de abastecimento de caminhões e carretas e, que durante o período noturno, também serve como ponto de descansos de motoristas em suas boleias¹⁴, tornou-se um novo local de trabalho. Nesse contexto, o público de clientes dessas trabalhadoras do sexo se altera e agora passa a ser constituído, na sua maioria, por homens que utilizam os serviços ali oferecidos e também como local de descanso.

Ao pesquisar na literatura trabalhos e pesquisas sobre prostituição, profissionais e mercado do sexo, encontrei primeiramente um debate centrado mais significativamente em mulheres cisgênero que atuam como trabalhadoras do sexo (PISCITELLI, 2012; OYÈRÓNKÉ 2004). Mais adiante, tive contato com os importantes trabalhos sobre prostituição entre mulheres trans e travestis de Larissa

FERNANDES, Luís Antonio Bitante; HENNING, Carlos Eduardo.
“ Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida ”

¹⁴ Em caminhões, a *boleia* é a parte dianteira onde está o banco do motorista; cabine do motorista; geralmente é utilizada também como local de pernoitar.

Pelúcio (2013). Os argumentos abolicionistas contribuíram para definir a prostituição baseada em uma violência masculina, colocando, assim, a mulher que exerce a prostituição como uma vítima central a ser “salva” (JESUS, 2012; VARTABEDIAN, 2018). Embora existam exceções significativas (PERLONGHER, 1987), é quase lugar-comum conceber a prostituição como uma atividade sobretudo exercida por mulheres, com a justificativa de que a grande maioria das pessoas trabalhadoras do sexo são mulheres.

Por outro lado, toda a crítica do movimento feminista *pro-sex* (RUBIN, 2003), tende a questionar e relativizar a abordagem estrutural e abolicionista *anti-sex*, a qual universaliza toda e qualquer atuação no mercado do sexo como indicativo meramente da “opressão feminina”. Em oposição a essa visão rígida e pouco nuançada, as feministas *pro-sex* buscam evidenciar as perspectivas, pontos de vista e os agenciamentos das profissionais do sexo.

Débora, de certa forma, corrobora com tais apontamentos ao afirmar que: “deste muito cedo eu me prostituí; quando eu me montei pela primeira vez eu já sabia que meu destino era a prostituição, porque é a forma mais fácil de se ganhar dinheiro para comprar silicone e ir ganhando as formas de mulher”.

Neste breve panorama, ao me deparar com o contexto de urbanidade interiorana matogrossense, observo a reprodução de certa lógica neoliberal não apenas nas ações macro operadas pelo Estado ou pelo mercado, mas também nas relações interpessoais e econômicas. Não se mostra suficiente a disposição direcionada apenas à análise global, mas também a análise local, como a fala de Débora sobre seus desejos de modificação e feminização corporal e em suas concepções dos meios de conseguir recursos para alcançá-los.

Apesar do mercado do sexo poder ser lido de múltiplas maneiras, sobretudo a partir das práticas de agenciamento e resistência criadas por minhas próprias interlocutoras, é possível também conceber que as relações interpessoais continuem mobilizadas também por uma certa racionalidade que impele as existências à competição, ao individualismo, à acumulação de capital e todas as mazelas decorrentes desses eixos impostos por estruturas sociais cisheteronormativas e patriarcais.

Parte 2 – Identidades de Gênero e Transexualidade: as transgressões subjetivas

A noção de subjetividade humana, em sociedades ocidentais contemporâneas, está atravessada pela fundação imaginária e moderna de um binarismo de gênero. Esse binarismo é baseado em conhecimentos biomédicos ao longo da modernidade, que produziram a concepção rígida de um diformismo sexual - dois sexos e dois gêneros fixos - atribuição unificada e coerente na qual somos compulsoriamente localizados/as ao nascer ou mesmo antes do nascimento (BUTLER, 2008; FAUSTO-STERLING, 2001; LAQUEUR, 2001).

Ao questionar essa fundação imaginária, porém persuasiva de gênero, problematizamos as elaborações do humano e, por consequência, esse lugar de existência do ser *homem* e do ser *mulher*, enquanto sujeitos biológicos, dicotômicos e posicionais uma vez que temos determinismos biológicos assentados sobre essa imaginação (HENNING, 2008b). Esse questionamento leva à denúncia de fantasias transfóbicas que desumanizam pessoas trans e travestis, assim como outras pessoas dissidentes em termos de gênero e sexualidade.

Dissertar sobre a transexualidade, entre outras questões, envolve argumentar como o Ocidente vem construindo e transformando categorias como corpo/sexo/

/sexualidade (FAUSTO-STERLING, 2001; LAQUEUR, 2001). Nas últimas décadas, a transexualidade ganhou projeção acadêmica, política e social e, consequentemente, vem alargando as fronteiras do gênero, estabelecidas pela dicotomia masculino/feminino. Para Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012: 577), em uma crítica ao processo de patologização das identidades trans: “concordar que o gênero continue sendo diagnosticado, em vez de questionado, é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando as margens do Estado”.

Segundo Michel Foucault (1988), práticas discursivas e institucionais atuam como efeitos de poder das estruturas que se articulam com práticas econômicas, políticas e sociais. Em diálogo com o autor, tais questões devem ser pensadas em uma composição complexa de forças em conflito que colonizam as identidades trans. Principalmente no tocante à desumanização, autorizam e justificam as variadas formas de violência, que passam pelos controles e sanções sociais que interpelam as existências de travestis trabalhadoras do sexo e que são cotidianamente negadas a elas.

Ao tratarmos de uma necropolítica que se incide sobre a multidão trans – a existência de uma necropolítica trans –, é preciso que façamos observações acerca da ideia da “transidentidade”. Propõe-se a falar em termos de sociedade, pois, tomando-se como referência Berenice Bento (2006), há muita confusão sobre as transidentidades e, consequentemente, a notória presença de preconceitos em relação às pessoas cujas performatividades de gênero se distanciam, questionam ou reelaboram binarismos e dicotomias sexuais e de gênero.

Ao problematizar o “ser homem” e o “ser mulher”, as pesquisas sobre relações de gênero colocam em rastro as múltiplas vivências das masculinidades e feminilidades, assim como de pessoas que não se concebem localizadas fixamente em nenhum desses pólos. Utilizando-se de análises sobre manifestações de gênero que se apresentam relativamente desconectadas das experiências sexuais, é possível perceber que aqueles/as/us que possuem uma determinada genitália, nem sempre corresponderão à identidade de gênero socialmente atribuídas a eles/as/us (BUTLER, 2008; 2018). Desta forma, o prefixo “trans”, contido em “transexual”, busca revelar as diversas formas de fraturar, negociar, reelaborar as normas compulsórias de sexualidade e gênero impostas socialmente (SIMAKAWA, 2020).

Dentro de uma perspectiva de mundo que naturaliza certo dimorfismo sexual compulsório (FAUSTO-STERLING, 2001; LAQUEUR, 2001), há uma potencial transgressão em corpos que irão transpor os limites da fixidez do masculino/feminino e que reivindicam uma existência de gênero dissidente. Essa experiência muitas vezes há tentativas de cooptação por saberes biomédicos em que ocorre capturas da subjetividade em prol da medicalização e patologização da experiência. “Na eminente condição de ‘doente’, o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (BENTO, 2008:18).

A cisgeneridade, portanto, se apresenta como identidade primária, como “natural”, não marcada pela diferença e possuindo o respaldo no prestígio da “verdade” e da “natureza” atribuídas pelo saber biomédico (AULTMAN, 2014; VERGUEIRO 2016; MOIRA RODOVALHO, 2017; BAGAGLI, 2018; SIMAKAWA, 2020). Levando em conta a imperiosidade e compulsoriedade da cisgeneridade, é perceptível que toda organização da sociedade, em suas diversas dimensões, não abriga a transexualidade enquanto lugar do possível, do viável, do válido, do legítimo e do respeitável.

Conceber a invisibilidade das identidades trans é a constatação de uma atividade que qualquer pessoa pode vir a realizar, ou seja, o questionamento e o apagamento da presença de pessoas trans e travestis nos mais variados âmbitos sociais aos quais pertencem e frequentam. Sejam esses espaços dimensionados enquanto lugares de lazer, de trabalho, público ou privado, os corpos travestis ou não estão presentes ou estão sistematicamente invisibilizados, pois são corpos relegados à periferia, como o processo observado em minha pesquisas de campo em Barra do Garças. A periferia¹⁵, opondo-se ao centro como referência, é o espaço em que tais corpos são permitidos, enquanto corpos sobre os quais incidem processos de abjeção. É a periferização dessas identidades, de certo modo, que também colabora para a sustentação de uma fantasia social que correlaciona a transexualidade à imperfeição, à incompletude, à patologização e à abjeção.

Dito isso, é preciso destacar a grande contribuição dada pela ANTRA - Associação Nacional de Trans e Travestis - ao produzir seus dossiês, mapeando a violência e práticas de extermínio contra pessoas travestis, transexuais e transgêneros. A associação apresenta uma cartografia da necropolítica-trans, artigos científicos complementares que corroboram na ação social e na ação política em parceria com pesquisas no combate e na resistência contra as diversas formas de expressão de fobias em relação a pessoa trans.

Decolonialidade e Necropolítica

A colonialidade se configurou, segundo Ballestrin (2013), como o “lado obscuro” e necessário da Modernidade, ou seja, é a forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento limitados a uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista. Dessa forma, por mais que o colonialismo tenha sido parcialmente superado, a colonialidade continua presente nas mais diversas formas e, sobretudo, nos discursos reproduzidos cotidianamente em nossa sociedade. De acordo com o autor supracitado, a colonialidade seria a continuidade da propagação do pensamento colonial, sendo uma matriz que se expressa essencialmente em relações dominantes de poder, saber e ser.

Pensadores como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, entre outros/as pesquisadores/as da colonialidade e da decolonialidade¹⁶, em suas investigações, problematizam o sistema mundo atual, no qual há a marginalização de nações em proveito da continuidade e manutenção de um padrão econômico em que a hostilidade é própria (OSORIO, 2006). A proposta desses/as autores/as é criar um conhecimento que esteja afastado da, ou pelo menos crítico à, matriz eurocêntrica - sobretudo Europa e Estados Unidos -, propondo uma outra matriz de pensamento que permita rever e ressignificar conceitos de autores/as canônicos.

Tomando-se como referência a concepção de Achille Mbembe (2018), a necropolítica é resultado da atuação dos Estados contemporâneos, ou seja, salvaguardam vidas de grupos sociais que gozam de maior prestígio e agem com o propósito da aniquilação daqueles considerados “párias” sociais, ficando mais explícito com a ocorrência da recente crise sanitária da Covid-19 vivida mundialmente.

¹⁵ O termo periferia, originado do grego *periphéreia*, indica originalmente a linha que define uma circunferência. Passou a ser usado entre as Ciências Sociais e a Geografia, especialmente no instante em que o processo de metropolização consolidou-se na segunda metade do Século XX. A partir desse período, o conceito de periferia passou a conotar o sentido político, econômico e social, que o subúrbio em princípio não possuía (CORRÊA, 1986).

¹⁶ Consultar a discussão sobre modernidade, colonialidade e decolonialidade em: Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh, Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2000), Nelson Maldonado-Torres (2017) e Walter Dignolo.

Mbembe (2018) potencializa a decolonialidade em seu diálogo com Foucault, tomando como referência a categoria *biopoder*, pois a julga exígua para compreender e descrever, na contemporaneidade, os mecanismos e dispositivos de controle presentes, enquanto habilidade dos aparatos, na promoção e gestão da vida, mesmo que se utilizando da morte. Nesse sentido: “desde então, a legitimidade do soberano não mais se basearia no poder de tirar a vida per si, mas no poder de produzir vida, otimizá-la, multiplicá-la” (AMPARO-ALVES, 2011: 92-3).

Mbembe (2018), ao propor o conceito de *necropolítica*, não recusa a figura do Estado como promotor da vida, mas argumenta que a manutenção desta, enquanto interesse estatal, não se dá de forma homogênea. Ao anunciar que, na governamentalidade¹⁷, o biopoder determinaria formas de preservação de uns, buscando a aniquilação daqueles que não importam. Assim sendo, Mbembe propõe o conceito de “necropoder”, isto é: “a articulação entre velhas e novas formas de dominação está fazendo surgir uma nova forma de governabilidade cuja característica principal é a sujeição da vida ao poder máximo da morte” (AMPARO-ALVES, 2011: 94).

A necropolítica denuncia a “política da morte”, expressa na aliança entre a aniquilação das vidas que não importam, que podem ser descartadas e a aspiração e a necessidade de amedrontar fazendo uso deste ato de morte. O assassinato suplanta a esfera do imprescindível e torna-se membro constitutivo da imperiosidade estatal. Em vista disso, a permissão de matar, que dá ao Estado a sua condição de soberano, expressa-se não porque a ele é dado o direito a tal ato, mas devido a sua soberania desejar por essas mortes e não somente as permitindo.

Portanto, habitualmente entendida como da ordem da “natureza” e algo que independe, até certo ponto, do agir humano – em alguns casos quando da letalidade da violência – orientar-se pelos argumentos de Mbembe (2018) tem o sentido de descortinar a conduta de morrer para além da sua “naturalidade”, abrangendo o agir e/ou a vazios estatal que possibilitam tal desfecho. Assim, “a morte do corpo não é um fenômeno apenas natural, mas social, temporal e espacialmente construído” (SILVA *et al.*, 2018: 46).

Para Mbembe (2018), a necropolítica volta-se à aniquilação dos corpos que não importam, como corpos negros e, em nossos estudos, a corpos trans e travestis posicionados como “abjetos”, ou seja, ao crescente extermínio racial e das identidades dissidentes da cisheteronormatividade.

Necropolítica Trans: a aniquilação de corpos abjetos

Apresentado o rumo teórico concebido por Achille Mbembe, há a possibilidade de identificarmos dispositivos da necropolítica direcionados à aniquilação de grupos sociais entendidos como “minoritários”. Por conseguinte, trans, travestis, negras/os, mulheres, indígenas, entre outros segmentos da sociedade, por não

¹⁷ O conceito de governamentalidade em Michel Foucault é entendido como: “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008: 143- 144).

estarem dentro de determinadas normas hegemônicas tanto *cishetero* quanto relacionadas a referenciais étnicos e raciais. Normas essas que têm como referência ideal a conformidade em termos de masculino, branco, heterossexual, cristão e bem-sucedido economicamente. Dissidências a tais normas promovem subalterizações, em maior ou menor grau, as quais, por vezes, são encaixadas no debate sobre a necropolítica.

Sendo parte integral da comunidade LGBTQIA+, travestis se encontram, no contexto social, como uma das situações mais frágeis e vulneráveis, que muitas vezes vão se precarizando conforme nos dirigimos para as periferias regionais. Tendo uma expectativa de vida apontada pela ANTRA como na média dos 35 anos de idade, algo violentamente inferior em relação à grande parte restante da população do país – ser travesti ainda se mostra um grande desafio no contemporâneo.

Em outras palavras, a “expulsão informal”, termo concebido por Berenice Bento (2014), demarca o preconceito em sua ingerência de pessoas trans, levando-as a experimentar o abandono escolar, o dificultoso ingresso ao trabalho formal ou, ainda com muita frequência, o desrespeito ao direito do uso do nome social. Isso faz com que pessoas trans e travestis evitem irem em busca de atendimento público de saúde, com medo de se exporem a episódios humilhantes (FERNANDES; MORAES, 2020), corroborado pelo despreparo e a rejeição da sociedade em conviver com as transidentidades em suas variadas expressões.

Esse contexto reforça a percepção apresentada no “Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018” produzido pela ANTRA, ao afirmar que:

90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. Devido a exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/AfroReggae). (ANTRA, 2018: 19)

Tendo em mente o exposto, na correlação centro/periferia, e como o acontecimento da segregação social vem se apresentando no vasto território do país e nas práticas entre grupos sociais (SILVA *et al.*, 2018), é proeminente a identificação de pessoas trans e travestis como parte da multidão marginalizada e, conseqüentemente, sendo tratada com descuido pela falta de assistência estatal. Se na Constituição Brasileira encontramos a garantia de igualdade de direitos a todos/as os/as cidadãos, o efetivo acesso a essas garantias, para pessoas trans e travestis, aponta para uma acentuada fissura em relação ao papel estatal enquanto garantidor da proteção. Essa fissura no amparo que deveria ser efetivado pelo Estado, corroborando com a proposta de Mbembe (2018), é potencialmente capaz de ser entendida como proposital.

Tanto a vida, como a morte tornam-se demandas políticas, cujo gestar se associa diretamente às relações de poder, da valorização de vidas que são hierarquizadas e da escolha de quais carecem de ser conservadas ou de serem dissipadas. A morte de pessoas trans e travestis, por conseguinte, configura-se como “um trabalho, uma prática, uma tarefa do poder que distribui a morte desigualmente, atingindo as vidas classificadas como dispensáveis” (SILVA *et al.*, 2017: 51).

Na mesma direção, Susan Stryker (2014) reitera que a administração estatal de manutenção da vida tem como suporte os dispositivos sociais que aniquilam

uma parte des sujeites, em virtude de não serem consideradas vidas “desejáveis”. Em razão disso, travestis e pessoas trans possuem suas vivências constituídas pelas e nas relações de poder que as fixam como “insignificantes”, “aberrantes”, “ininteligíveis” e, portanto, poderiam ser “descartáveis”.

Como em vida e também na morte, travestis enfrentam processos de apagamento e invisibilização social. O total desrespeito à identidade de gênero, ao falecer (ao serem aniquiladas), propicia que pessoas trans e travestis sejam erroneamente, e muita das vezes propositalmente, reconhecidas como homossexuais – em uma nítida “confusão” entre identidade de gênero e orientação sexual – ou, meramente, denominadas tomando-se como referência o gênero de nascimento, o “nome morto”. Débora, a interlocutora de campo, corrobora com essas ponderações ao dizer: “Só saio de casa à noite. Não me sinto confortável como as pessoas olham para mim, então prefiro sair à noite para o trabalho ou encontrar com amigos”.

A grande presença de mulheres trans, principalmente de travestis, como trabalhadoras do sexo - atividade regulamentada¹⁸ em projeto de lei e não reconhecida socialmente no Brasil que possui uma elevada desqualificação e desvalorização social - propicia que haja um crescente aumento na vulnerabilidade desses corpos. Além disso, ainda substancia em termos da estigmatização, em termos gerais, a conexão entre a transexualidade e a marginalidade. Aqui há um paradoxo em relação ao contexto das vivências das mulheres trans e travestis trabalhadoras do sexo, quando observamos que nesta mesma sociedade que julga, condena, marginaliza e mata, é a que mais sustenta a prostituição e a pornografia trans.

Isso demonstra o quão a necropolítica-trans é eficaz na aniquilação de pessoas trans, pois tende a dilapidar a vivência dessas pessoas ao longo da vida. Nesse cenário, mulheres travestis e transexuais são tensionadas a viverem lembrando sempre de que a coletividade social, na qual estão inseridas, em termos hegemônicos, aspira pela sua aniquilação. Tendo isso mente:

é extremamente normal ver uma travesti morta. Essa é uma imagem comum. A violência, a morte violenta e cruel está sempre ligada àquilo que a sociedade pensa da gente. (...) você pode colocar isso aí na sua pesquisa. Eu digo: a sociedade aplaude a violência contra travestis e transexuais. Eu quero que você dê ênfase nisso que eu estou te falando. (SILVA *et al.*, 2017: 54)

Destituído da prerrogativa de um amanhã em que se pode vir a existir, o futuro - no horizonte político da cisheteronormatividade - se torna “um luxo” para poucas pessoas (HENNING, 2020b). Nesse cenário, o fazer e as práticas de mulheres travestis e transexuais alcançam uma linha tênue de forma iminente, em que há, por vezes, um descuido com a saúde, com a autopreservação e/ou com a organização financeira (SILVA *et al.*, 2017). De acordo com tais autores/as cria-se uma sequência de atos, em que as travestis, por vezes, na ausência de redes de apoio social sólidas, veem espelhadas em si o desamparo estatal e social, fazendo-se presente o triunfo da necropolítica-trans.

¹⁸ Projeto de Lei 4.211, de 2012, do deputado federal Jean Wyllys, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

LGBTQIA+ e Covid-19: vulnerabilidades escancaradas

O mundo foi surpreendido por um catastrófico acontecimento no final do ano de 2019, o advento do SARS-CoV-2 e a pandemia do Coronavírus. Países de diversas partes do globo iniciaram programas de intervenção em série para a administração dos esfacelos que a pandemia provocou. Intervenções como isolamento e distanciamento social, uso de máscara e a higienização das mãos foram utilizadas como medidas de prevenção. Tais precauções foram implementadas gradativamente e com diferenças, levando-se em consideração os aspectos socioeconômicos, educativos, culturais e das peculiaridades dos diversos modos de organização do sistema de saúde e político de cada país (AQUINO *et al.*, 2020).

De ação avassaladora, a pandemia teve repercussão assoladora em pessoas que já se encontravam em condições de grande vulnerabilidade devido a vários fatores sociais, sendo a ausência de trabalho o mais proeminente (ESTRELA *et al.*, 2020; HENNING, 2020b). Somam-se a isso os ambientes inóspitos de moradia e a dificuldade de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento básico, principalmente aqueles com baixa remuneração.

Historicamente, a multidão trans sempre foi exposta às violações de direitos, violências e mortes; semelhantemente, neste momento de crises no cenário sanitário, econômico, político e social, as vidas e corpos travestis tendem a ser mais tensionados.

A existência das dissidências sexuais e de gênero, que marcam os corpos e as vidas de LGBTQIA+ que, se por um lado, divergem aos padrões cisheteronormativos impostos pela moral burguesa, por outro lado, são à esses sujeitos impostos padrões cada vez mais vulneráveis e precários nos vários setores e modos da vida social, seja na família, no trabalho, na escola, nos serviços de saúde, etc., e que vem se agravando na falta de leis que possam garantir segurança, direitos e políticas públicas para esta população. É preciso considerar que a LGBTQIAfobia tem impactos, riscos e agravos à saúde das pessoas LGBTQIA+ que sofrem desse grave e ameaçante ódio estrutural e institucional presente nas esferas governamentais, repercutindo em várias formas de sofrimento e adoecimento mentais. (DUARTE, 2020: 4)

Portanto, a LGBTQIAfobia, por ser uma construção social, vem se expressando radicalmente nas suas mais diversas formas de preconceito, discriminação, estigmatização, intolerância, segregação, isolamento, abandono e desproteção, particularmente no que diz respeito à pessoa travesti. Para alcançar o mínimo de proteção possível é preciso uma rede social de amparo, mas que nem sempre está ao alcance, levando uma parte significativa da comunidade trans e travesti a se afugentar em autosegregação ou isolamento (DUARTE e OLIVEIRA, 2021; SAFT, 2020; BUTLER, 2018).

A ANTRA, em seu boletim 2/2020, registrou números interessantes para serem analisados. Por um lado, apresenta uma diminuição do número de homicídios contra trans e travestis, atribuindo essa queda ao isolamento social e, por outro, destaca que houve, de todo modo, um aumento das vulnerabilidades sociais. A Covid-19, que se mostrou globalizada, trouxe para a sociedade uma tendência de mudanças devido à crise sanitária. As mudanças provocadas pelo vírus afetaram, principalmente, a população econômica, psicológica e socialmente enquadradas como “minorias”, das quais sublinho as transexuais e os travestis.

A população travesti, além dos apontamentos feitos acima, foi assolada por outro agravamento, o agravamento das vulnerabilidades em termos de saúde mental. Pesquisas realizadas pelo Vote LGBT (2022) apontam que 42,72% das

pessoas entrevistadas indicaram a saúde mental como elemento de maior impacto devido à pandemia, acompanhado pelo distanciamento, e, em alguns casos, pelo esfacelamento de suas redes de apoio e pela inexistência de trabalho como fonte de renda.

Ao nos deslocarmos do cenário mais ampliado descrito pelas organizações de apoio, como a ANTRA e VoteLGBT, e focar em cenários mais periféricos e interiores, deparamo-nos com uma realidade idiossincrática. Débora afirma que a pandemia trouxe pouca modificação na sua forma de trabalhar. Ela afirma que:

Eu continuei trabalhando, continuei fazendo os meus programas... Ou vc acha que os 600 reais [de apoio governamental durante a pandemia] dariam para me sustentar? Não dava nem pra pagar a cafetina e o quartinho de 500 reais mensais; o único cuidado foi de transarmos de camisinha e sem beijo na boca. Trabalhei normalmente, de quarta a domingo; e se você quer saber... Muitos clientes nem camisinha queriam usar... Eu disse não... Agora só com camisinha.

A narrativa de Débora desconstrói, em parte, a ideia de que “todos nós ficamos em casa”. Ademais, escancara a realidade de precariedade vivida por mulheres trans e travestis e evidencia a vulnerabilidade sobressalente que enfrentaram no seu cotidiano, em particular daquelas que eram profissionais do sexo durante a pandemia da Covid-19.

Já no que se refere à entrada da multidão trans aos serviços de saúde, fica claro que o uso da rede é negligenciado, principalmente na Atenção Primária de Saúde e a não utilização das orientações do SUS de atendimento e atenção básica à saúde de pessoas LGBTQIA+ (PEREIRA e CHAZAN, 2019; FERNANDES e MORAES, 2020). Isso, muito embora a Constituição Federal de 1988 preveja em seu artigo 196 que a saúde é direito de todos e um dever que deve ser assegurado pelo Estado. Diante disso, fica evidente o porquê nossa interlocutora nos interpela - referindo-se a sua situação durante a pandemia - com a expressão: “*Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida*”.

Questões envolvendo o atendimento prestado por profissionais de saúde, muitos deles com ações de discriminação e desrespeito, além da inadequação dos serviços no que diz respeito à utilização do nome social da pessoa, são queixas frequentes da população trans (CRUZ *et al.*, 2020; FERNANDES e MORAES 2020) e que também foram relatadas por Débora. O que deveria ser garantido pelo Estado, não o é, reforçando assim o sentimento de desamparo, abandono, apagamento e solidão em relação às pessoas trans e travestis, como foi possível constatar na análise das narrativas e diálogos com Débora.

A Covid-19 revelou-se como uma pandemia que teve uma incidência particularmente significativa ao dimensioná-la na intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade (HENNING, 2020b). As evidências das vulnerabilidades e desigualdades presentes no contexto social brasileiro se escancararam. Medidas de segurança sanitária para o combate a pandemia alcançaram as camadas sociais de modo diferenciado, fazendo que as desigualdades sociais se tornassem proeminentes.

Salientamos que certo isolamento social, agregado à vulnerabilidade social, sempre se fizeram presentes na multidão trans dantes quaisquer crises sanitárias (ROCHA, NETO e PIO, 2021). Isso foi agravado pela situação imposta pela crise sanitária mundial em decorrência da pandemia da Covid-19 e também, no caso de Débora, pelas limitações e características conjunturais do trabalho sexual experimentado pela interlocutora. Ainda, conforme Ferreira e Silva (2020), é possível que encontremos 90% das mulheres transexuais e travestis, em sua maioria

negras, semianalfabetas e com baixa expectativa de vida, exercendo variadas atividades de trabalho sexual, resultado, muitas vezes, da falta de outras oportunidades, sobretudo em termos de acesso ao trabalho formal. Esse cenário, portanto, as deixam numa situação de alta vulnerabilidade psicossocial e, portanto, mais vulneráveis no contexto da conjuntura da pandemia da Covid-19.

O vírus e a pandemia não afetaram a todas as pessoas da mesma forma, em especial quando pensamos em políticas de governo e de Estado. Consequentemente, o enfrentamento das dificuldades deve ser uma iniciativa do Estado, apoiada por um movimento coletivo e plural da sociedade civil para que se possa criar, efetivar e garantir o acesso universal às políticas e programas sociais necessárias a essa população.

Considerações Finais

Diante dos aspectos discutidos, é possível afirmar a existência de uma necropolítica-trans que a assola multidão trans, pois estão, permanentemente, diante de violências que interpelam seus corpos se suas existências, em particular quando analisamos as narrativas de vulnerabilidade, “abandono” e “esquecimento” narradas por Débora, em sua experiência como trabalhadora sexual em Barra do Garças, durante a pandemia da Covid-19.

Na primeira parte do texto, apresentamos uma construção do campo de investigação, que se imbrica na história vivida do pesquisador e das observações do campo ainda em processo e que serão objeto de maiores estudos futuros, como a proposta de um mapeamento das condições de trabalho de travestis/trabalhadoras do sexo no estado de Mato Grosso. O protagonismo de travestis que são trabalhadoras do sexo seguirá *a posteriori* numa linha de análise de narrativas que não se esgota nesse momento. As vivências das interlocutoras perpassam narrativas que contribuem para críticas decoloniais ao repensarmos teorias e metodologias que têm a geopolítica do conhecimento nos apontando que nenhum saber é neutro e que, portanto, emergem de corpos ditos “abjetos” situados geográfica, política e agencialmente no mundo.

As referências aqui postas à mesa na segunda parte deste artigo, denunciaram as consequências ainda mais vulnerabilizantes que a pandemia trouxe para a multidão trans, a partir da análise das interlocuções com uma interlocutora de pesquisa em uma cidade interiorana do Estado de Mato Grosso. A falta de renda, o acesso a uma moradia acolhedora, a falta de uma rede de apoio, a um “cistema de saúde” preparado e a fome são alguns indicadores que afetaram diretamente os grupos vulneráveis e destacam a precariedade cotidiana frente a qual Débora precisava enfrentar durante o contexto pandêmico.

Esta investigação realizada durante meu pós-doutorado, portanto, aponta também a complexidade da realização de uma das principais intervenções proposta pela OMS: o distanciamento e isolamento social. Medidas que foram impostas por diversos países como uma tentativa de reduzir os danos da Covid-19, mas que, apesar de medidas necessárias, ao nosso entendimento, foram intervenções que não levaram em consideração a massa de pessoas que tinham por necessidade saírem de suas casas para terem a garantia de seu sustento. Vale lembrar que, para Débora, o isolamento não se efetivou visto que, tanto a pandemia quanto os métodos de prevenção biopolíticos, estavam enraizados em uma lógica cisheteronormativa.

Para que houvesse uma redução dos males provenientes da pandemia, somados aos males que vem sendo impostos à multidão trans, seria necessária a elaboração e efetivação de políticas públicas específicas às mulheres travestis e transexuais trabalhadoras do sexo. Afora os debates e diálogos acerca de maneiras de designar novas formas de vínculos, conexões e relacionamentos sociais, pois nos primeiros passos desta investigação demonstramos a existência de um padrão de vulnerabilidade que recai pesadamente na multidão trans e que foi intensificado no contexto da pandemia.

Recebido em 15 de setembro de 2023.

Aceito em 26 de fevereiro de 2024.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALMEIDA, Anderson Santos. *Vidas em espera: uma etnografia sobre a experiência do tempo no processo transexualizador*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FCS/UFG, 2018.

AMPARO-ALVES, Jaime. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. *Revista da ABPN*, 1 (3): 89-114, 2011.

ANTRA. *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021*. (PDF). Disponível em <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>. Acesso em: 01/julh/2022.

AQUINO, Estela, M. L. et al. Medidas de distância social para controle da pandemia Covid-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25: 2423-2446, 2020.

AULTMAN, B. Lee-Harrison. Cisgender. *Transgender Studies Quarterly* 1 (1-2): 61-62, 2014.

BALLESTRIN Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11: 89-117, 2013.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018.

FERNANDES, Luís Antonio Bitante; HENNING, Carlos Eduardo.
“ Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida”

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambi-arra legal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 4 (1): 165-182, 2014.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. *Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos*, 2014b. mimeo.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, 20 (2): 256, 2012.

BONASSI, Bruna Camillo; *et al.* Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quadernos de Psicologia*, 17 (3): 83-98, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estimativa populacional 2020*. 28 de agosto de 2020. Acessado em 4 /jun./2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Produto Interno Bruto de Barra do Garças*. Acessado em 01/jun/2022.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, 78, 2018.

BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Ciberindex*, 27 (2), 2018.

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, 15: 134-161, 2014.

COLLING, Leandro. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COHEN, Cathy J. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens: the radical potential of queer politics. *GLQ*, 3: 437-465, 1997.

CRUZ, Luan Chagas da; ABREU, Dafynie Dutra de; VIRGENS, Gleice Souza das; VALE, Jessica de Sousa. “Vulnerabilidade da População Trans no Acesso à Atenção à Saúde: Contexto Pandêmico”. In: TORRES, C. A.; GADOTTI, M. (orgs.). *Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia*. São Luiz: Editora Expressão Feminista, 2021. pp. 1-12.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUARTE, Marcos José de Oliveira. Vidas precárias e lgbtqifobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. Recuperado de https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf, 2020.

DUARTE, Marcos José de Oliveira; OLIVEIRA, Dandara Felicia Silva. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena/LGBTQI. *Em Pauta*, 19 (48): 153-169, 2021.

DUSSEL, E. D. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola/Unimep, 1977.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25: 3431-36, 2020.

FACCHINI, Regina *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. *Cadernos Pagu*, 17/18: 9-79, 2001.

FÁVERO, Sofia. Por uma Ética Pajubariana: a potência epistemológica de travestis intelectuais. *Equatorial*, 7 (12), 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERNANDES, Luís Antonio Bitante; BORGES, Águeda Aparecida da Cruz; LOBO, Rodolfo Pinheiro Bernardo. Travestilidade às avessas - a desconstrução de uma -paródia- identitária. *Estudos Feministas*, 4: 473-494, 2017.

FERNANDES, LUÍS Antonio Bitante; MORAES, Morgana Naiara Barbosa. “Discriminação e Invisibilidade: os serviços da saúde pública à pessoa LGBTQI+ e a Educação”. In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. *A educação em suas dimensões pedagógicas, políticas, social e cultural 2*. Ponta Grossa: Atena, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2008.

HAESBAERT Rogério. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, 22 (48), 2020.

HENNING, Carlos Eduardo. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da Covid-19. *Cadernos de Campo*, 29 (1): 150-5, 2020a.

HENNING, Carlos Eduardo. O Luxo do Futuro. Idosos LGBT, teleologias heteronormativas e futuros viáveis. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana* ISSN 1984-6487 / n. 35 - ago. / ago. / aug. - pp.133-158, 2020b.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos ‘idosos LGBT’. *Horizontes Antropológicos*, 23 (47): 283-323, 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. Is old age always already heterosexual and cis-gender? The LGBT Gerontology and the formation of the “LGBT elders”. *Vibrant*, 13 (1): 132-154, 2016a.

HENNING, Carlos Eduardo. ‘Na minha época não tinha escapatória’: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. *Cadernos Pagu*, 46: 341-371, 2016b.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, 20 (2): 97-128, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado (Antropologia Social), Unicamp, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. *As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), UFSC, 2008.

HENNING, Carlos Eduardo. Gênero, sexo e as negações do biologicismo: comentários sobre o percurso da categoria gênero. *Revista Ártemis*, 8: 57-67, 2008b.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. “Marcadores Sociais das Diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias”. HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; FONSECA MACHADO, B. *Marcadores Sociais das Diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Imprensa Universitária: Goiânia, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

LANDER, Edgardo *et al.* “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEWIS, Sophie. A crise do coronavírus mostra que chegou a hora de abolir a família. *Blog Boitempo*, 30 de março de 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, 22 (3): 935-952, 2014.

MAINARDES, Jefferson. “Pesquisa etnográfica: elementos essenciais” In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *Pesquisa Social: Reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. pp. 99-124.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, S., GROSGOUEL, R. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007. pp. 127-167.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELLO, Luiz. GONÇALVES, Eliane. Diferença e Interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Cronos*, 1 (2): 163-173, 2010.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: retórica de la modernidade, Lógica de la colonialidad*. Buenos Aires: Del signo, 2010.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, 25 (1), 2017.

NUNES, Renata *et al.* Manifestações Neurológicas da COVID-19. *Revista Científica Hospital Santa Izabel*, 4 (34): 135-138, 2020.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, Dennis de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. *Extraprensa*, 11 (2): 39-57, 2018.

OSORIO, Jaime. Biopoder y biocapital. El trabajador como moderno homo sacer. *Argumentos*, 19 (52): 77-98, 2006.

OYËWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Codesria, Gender Series*, 1: 1-8, 2004.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 20 (42): 377-391, 2014.

PELÚCIO, Larissa. Desejos, brasilidades e segredos. O negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras. *Bagoas*, 6: 243-266, 2011.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI Adriana. Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, 36: 11-31, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez: 263-274 2008

PRECIADO, Paul Beatriz - Multidões queer: notas para uma: notas para uma política dos “anormais”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, 2011.

RUBIN, Gayle. 2003 ([1984]. Pensando sobre Sexo. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu* (01) [tradução de prelo].

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Giuslane Francisca da. Exploração, colonialismo e democracia na América Latina na visão de Pablo González Casanova. *Revista Latino-Americana de História*. Porto Alegre, v. 6 (17): 43-59, 2017.

SILVA, Joseli Maria, *et al.* Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!: Transnecropolítica e transresistência no Brasil. In: Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasil: ANTRA, 2018.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Considerações Transfeministas sobre Linguagem, Imaginação e Decolonialidade: A Identidade de Gênero como Categoria Analítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 21 (2): 453-471, 2020.

STRYKER, Susan. Biopolitics. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1 (1-2): 38-42, 2014.

VARTABEDIAN, Julieta. *Brazilian ‘Travesti’ Migrations: Gender, Sexualities and Embodiment Experiences*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Estudos Feministas*, 28 (3), 2020.

VOTE LGBT+. *Diagnóstico LGBT+ na pandemia*. <https://votelgbt.org/>, acessado em 08/Jun/2022.

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste
recebe o ano inteiro, em

FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).

Interessados na submissão de trabalhos e
também em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso